**Actividade 5 Pesquisa e Relatório**

**Discentes:** Mariana Gomes de Andrade; Telma pinto.

Setúbal, 9 de Maio de 2011



**SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**



##### **Instituto Politécnico de Setúbal**

Escola Superior de Educação

**Curso de Animação e Intervenção Sociocultural**

1º Ano

Disciplina: TEC

Docente: Prof. Luís Varela

 **“ Sociedade De Informação”**

***Telma Pinto, nº 100129025***

***Mariana Andrade nº 100131020***

***Setúbal***

Maio 2011

**Índice**

[Introdução 4](#_Toc293922108)

[PESQUISA 5](#_Toc293922109)

[A Sociedade de Informação 5](#_Toc293922110)

[Portugal e a Europa na Sociedade de Informação 6](#_Toc293922112)

[Impactos da Sociedade de Informação 10](#_Toc293922113)

[Relatório 11](#_Toc293922114)

[Conclusão 14](#_Toc293922115)

[Bibliografia Consultada 15](#_Toc293922116)

Introdução
 O presente trabalho enquadra-se na disciplina de TEC (tecnologias e comunicação), leccionada pelo Professor Luís Varela. O mesmo corresponde a um trabalho de investigação, no qual se podem encontrar alguns termos respeitantes ao tema a que o trabalho alude: a Sociedade de Informação. Desta forma, são passíveis de ser encontradas informações sobre os termos: “Sociedade de informação”, “Plano Tecnológico”, “Europa do Conhecimento-Portugal e Europa na Sociedade de informação” e por fim “Alterações e Impactos na Sociedade”. Todas estas informações foram alvo de pesquisa (motores de Busca, portais e sítios de instituições fidedignas na Internet) e posterior selecção de informação, com o objectivo de proceder à segunda parte do trabalho que consistiu na elaboração de uma reflexão sobre todas elas.

PESQUISA

A Sociedade de Informação

Fig. 1 - SI

Modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza e na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais.

A sociedade de informação e uma sociedade para todos, uma sociedade que prima o saber.

Um dos primeiros a desenvolver o conceito de sociedade da informação foi o [economista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Economista) [Fritz Machlup](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fritz_Machlup). Em 1973, o sociólogo Daniel Bell introduziu a noção da “sociedade de informação” no seu livro “*O advento da sociedade pós-industrial”* . Neste livro, afirma que o eixo principal desta sociedade será o conhecimento teórico e adverte que os serviços baseados no conhecimento terão de se converter na estrutura central da nova economia e de uma sociedade sustentada na informação, onde as ideologias serão supérfluas. Esta expressão reaparece com força nos anos 90, no contexto do desenvolvimento da Internet e das TIC. A partir de 1995, foi incluída na agenda das reuniões do G7 (depois, G8, onde se reúnem os chefes de Estado ou governos das nações mais poderosas do planeta). Foi abordada em fóruns da Comunidade Europeia e da OCDE (os trinta países mais desenvolvidos do mundo) e foi adoptada pelo governo dos Estados Unidos, assim como por várias agências das Nações Unidas e pelo Banco Mundial. Tudo isso, com uma grande repercussão mediática. Neste contexto, o conceito de “sociedade da informação” como construção política e ideológica desenvolveu-se a partir globalização neoliberal, cuja principal meta foi acelerar a instauração de um mercado mundial aberto e “auto-regulado”.

O problema da tecnologia e do seu papel na sociedade contemporânea tem sido discutido na literatura científica. Sociedade da Informação é um termo - também chamado de Sociedade do Conhecimento ou Nova Economia - que surgiu no fim do Século XX, com origem no termo [Globalização](http://pt.wikipedia.org/wiki/Globaliza%C3%A7%C3%A3o). Este tipo de sociedade encontra-se em processo de formação e expansão.

A [sociedade](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade) não é um elemento estático, muito pelo contrário está em constante mutação e como tal, a sociedade contemporânea está inserida num processo de mudança em que as novas tecnologias são as principais responsáveis. Alguns autores identificam um novo paradigma de sociedade que se baseia num bem precioso, a informação, atribuindo-lhe várias designações, entre elas a Sociedade da Informação.

Este novo modelo de organização das sociedades assenta num modo de desenvolvimento social e económico onde a informação, como meio de criação de conhecimento, desempenha um papel fundamental na produção de riqueza e na contribuição para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos. Condição para a Sociedade da Informação avançar é a possibilidade de todos poderem aceder às Tecnologias de Informação e Comunicação, presentes no nosso quotidiano que constituem instrumentos indispensáveis às comunicações pessoais, de trabalho e de lazer.

Portugal e a Europa na Sociedade de Informação

A necessidade de uma estratégia integrada para a Sociedade de Informação e do Conhecimento, considerada como uma prioridade nacional pelo governo, foi reconhecida com clareza em 1996, quando foi criada a Missão para a Sociedade de Informação, com o mandato de promover uma ampla discussão sobre o tema, e elaborar um Livro Verde para a Sociedade de Informação, com propostas de medidas a curto, médio e longo prazo. A estratégia proposta conduziu à Iniciativa Nacional para a Sociedade de Informação, organizada em torno de quatro grandes eixos de intervenção : o Estado Aberto, o Saber Disponível, a Escola Informada, e a Empresa Flexível. Seguiram-se no período 1996 até 1999 um conjunto de iniciativas marcantes, incluindo:

 • A criação da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS);

 • O lançamento do Programa Cidades Digitais;

 • A aprovação de um regime de deduções fiscais para aquisição de computadores, software e acesso à Internet em casa;

 • O lançamento da Iniciativa Nacional para o Comércio Electrónico;

 • A aprovação de legislação sobre a Assinatura Digital e a Factura Electrónica;

 • A Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade de Informação.

O Livro Branco do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Português (1999-2006), preparado em 1998-99, foi um levantamento alargado das necessidades e oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico português, incluindo as respeitantes à Sociedade de Informação. Foi realizado por um amplo processo de participação aberta envolvendo a comunidade científica, profissionais de ciência e tecnologia, universidades, organismos públicos e privados, empresas, associações empresariais e profissionais, autoridades locais e regionais, e contou em particular com as contribuições recebidas no Fórum Permanente de Política Científica e Tecnológica criado em 1998 na Internet.
Preparado com base nos elementos acima referidos, o Programa Operacional para a Sociedade de Informação (POSI) foi aprovado em Julho de 2000, para beneficiar do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-06). Ainda em 2000, o governo criou a Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação e lançou a Iniciativa Internet, a qual estimulou a acção pública e a iniciativa privada apostando principalmente na inclusão social e na dinamização da cooperação internacional. Em paralelo, foi criado um Sistema de Informação Estatística para acompanhamento dos desenvolvimentos no domínio da Sociedade de Informação.
Já no âmbito do POSI, foi lançado em 2001 o concurso público para a generalização do Programa Cidades Digitais, e criados os primeiros Espaços Internet públicos, que ainda hoje são um dos mais importantes meios de acesso à Internet em Portugal. Também em 2001 foi aprovado o Decreto-Lei que criou o Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação, e a Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação lançou um concurso para avaliação dos sítios na Internet de organismos integrados na administração directa e indirecta do Estado. Muito em especial, todas as escolas do país estavam ligadas à Internet no final de 2001.
Em Novembro de 2002 foi estabelecida a Unidade de Missão Inovação Conhecimento (UMIC) para definir e orientar as políticas da Sociedade de Informação e Governo Electrónico em Portugal. O seu plano de acção, aprovado no Conselho de Ministros de 26 de Junho de 2003, estava assente em 7 pilares de actuação: (i) uma sociedade da informação para todos; (ii) novas capacidades; (iii) qualidade e eficiência dos serviços públicos; (iv) melhor cidadania; (v) saúde ao alcance de todos; (vi) novas formas de criar valor económico; e (vii) conteúdos atractivos.
A UMIC apresentou a Iniciativa Nacional para a Banda Larga em Agosto de 2003. Esta iniciativa foi aprovada pelo governo com o objectivo de massificar o acesso e a utilização da banda larga em Portugal, contribuindo, por um lado, para "o aumento dos níveis de produtividade e a competitividade da economia nacional" e, por outro, para "uma maior coesão social".
As actividades da UMIC desde 2002 organizaram-se em torno de iniciativas de carácter legislativo, e em projectos específicos para atingir os objectivos enunciados na Iniciativa Nacional para a Banda Larga. As medidas legislativas cobriram áreas como o governo electrónico, cidadãos com necessidades especiais, assinatura e factura electrónicas, direitos de autor, dados pessoais e privacidade, comércio electrónico, compras públicas electrónicas, acesso ao Diário da República, reutilização de informação pública e direitos para passagem de infra-estruturas de banda larga. Outras medidas de natureza programática incluíram o lançamento dos campus virtuais no Ensino Superior e o acesso a artigos e textos científicos, tendo sido particularmente lançados vários programas no âmbito da Administração Pública (nomeadamente através do portal do cidadão e da dinamização do sistema de compras públicas electrónicas).
Em 2005, o Programa do XVII Governo aprovado pela Assembleia da Republica no final de Março aponta para progressos insuficientes e sublinha uma evolução débil no esforço de mobilização da sociedade de informação em Portugal, nomeadamente quando analisado num contexto internacional. O programa indica assim a necessidade de reorientar o esforço público de forma a garantir a mobilização de uma base social de apoio muito mais alargada que permita uma mais rápida apropriação social e económica das TIC como vector de desenvolvimento do País. A presente iniciativa vem responder a este desafio, abrindo um novo ciclo político para a mobilização da sociedade de informação em Portugal.

A União Europeia adoptou a iniciativa eEurope durante a Presidência Portuguesa em Maio de 2000. O seu primeiro plano de acção pretendia:

 • Tornar a Internet mais barata, mais rápida e segura;

 • Investir nas pessoas e nas qualificações;

 • Estimular a utilização da Internet.

Estas ideias passaram efectivamente a ocupar um papel central nas orientações políticas da Comissão. Em 2002, e no Plano de Acção eEurope 2005, a banda larga tornou-se igualmente um objectivo fundamental das orientações definidas pela UE para a Sociedade de Informação, agora assentes numa estratégia de mobilização da procura para novos serviços, nomeadamente nos domínios da administração pública, saúde, aprendizagem e negócios electrónicos, e de expansão da oferta de infra-estruturas e equipamentos de acesso, incluindo telemóveis, televisão e PCs.

A penetração de meios que poderão potenciar a Sociedade de Informação na Europa é ainda hoje reduzida, pois apenas menos de 20% dos agregados familiares da UE15 têm acesso a banda larga em 2004 e a disponibilização de serviços móveis 3G tem deparado com inúmeras dificuldades. Existe por isso um potencial de crescimento muito significativo para os próximos anos nestes domínios.

As primeiras considerações da Comissão Europeia na nova iniciativa i2010 para o período pós-2005 acentuam a importância dos conteúdos multimédia, que poderão ser promovidos pela UE através do patrocínio de empresas de conteúdos e de serviços inovadores. Esta iniciativa alinha-se pelas directrizes do Conselho Europeu da Primavera de 2005, que definiu o conhecimento e a inovação como grandes motores do crescimento sustentado, e considerou essencial o desenvolvimento da Sociedade de Informação de forma inclusiva, baseada na utilização generalizada das TIC nos serviços públicos, nas empresas e nos agregados familiares.

Entretanto, e em conformidade com as linhas de orientação propostas pela Comissão Europeia, os estados membros têm vindo a adoptar estratégias para a expansão da banda larga. Tipicamente, os objectivos dos vários governos centram-se em:

 • Promover o acesso à Internet à generalidade da população,

 • Estimular a utilização de serviços sobre banda larga, com ênfase em zonas menos favorecidas,

 • Apoiar o uso das TIC para aumentar o crescimento económico e a produtividade das empresas.

Em muitos estados membros, a acção do Governo tem um efeito demonstrador, através de políticas de ligação em banda larga dos serviços da Administração Pública, escolas e hospitais. A disponibilização de infra-estruturas, desde a partilha de acesso a partir das residências e respectiva agregação da procura, até à implementação de postos públicos de acesso à Internet, tem também sido complementada pela formação alargada da população em TIC.

|  |  |
| --- | --- |
| Sociedade | Informação |
| Dados Numéricos  | Total |

Tabela 1- Tabela de Experiência

Gráfico - Análise da Sociedade da Informação

Impactos da Sociedade de Informação

É difícil prever os impactos que terão, embora já se possam antever alguns contornos: maior facilidade e rapidez de acesso à informação, melhor coordenação de colaboradores dispersos geograficamente, por exemplo, integração e automatização dos processos de negócio a montante (fornecedores) e a jusante (clientes), incremento da possibilidade de participação dos colaboradores nas actividades de gestão dos seus superiores hierárquicos, etc.

Os impactos da sociedade da informação são inúmeros e incluem desde os de carácter técnico e económico, cultural, social até os de natureza psicológica e. Alguns autores, como Leal (1996) chegam a formular os impactos éticos da sociedade da informação em termos de múltipla perda: perda de qualificação associada à automação, desemprego, até à comunicação interpessoal e grupal, transformada pelas novas tecnologias ou mesmo destruída por elas, de privacidade, pela invasão do nosso espaço individual e efeitos da violência visual, de controlo sobre a vida pessoal e o mundo circundante, e do sentido da identidade, associado à profunda intimidação pela crescente complexidade tecnológica.



Fig. 2-SI

Relatório

O seguinte relatório tem como ponto de partida o termo “Sociedade da Informação”, termo esse que dá o nome á presente produção escrita. Na pesquisa que foi elaborada pelo grupo, é passivel de se encontrar a sua definição, a forma como foi originada e introduzida no nosso quotidiano,a sua aplicação e por fim as implicações várias que advém da mesma. Apartir da leitura da informação proveniente deste trabalho de investigação, podemos não só complementar o conhecimento limitado sobre a abrangência que este termo adquire, como também estabelecer uma análise comparativa sobre o que já sabemos sobre esta “Sociedade da informação” e o que esta realmente significa. Quando reflectimos sobre a primeira palavra que compõe este termo, o nosso pensamento remete-nos para um grupo de individuos que forma um sistema, no qual ocorrem inúmeras e variadas interacções entre os mesmos, compondo desta forma uma organização intimamente relacionada àquilo que é social. Quanto á palavra “informação”, palavra essa que precede a anterior e que completa esta definição, podemos inferir que a mesma se relaciona intimamente com as noções de “conhecimento”, “comunicação” ou “mensagem”, tendo adquirido variadissimos significados e grande abrangência ao longo dos tempos. Reflectindo agora na conjugação destes dois conceitos, é legítimo referir que uma “sociedade de informação” corresponde a um sistema organizado por individuos, cuja a interacção entre os mesmos resulta na privilegiação do conhecimento. Após a leitura e análise da pesquisa efectuada, concluimos que apesar de correcta, a sua definição é bastante mais complexa: corresponde a um modo de desenvolvimento social e económico em que a informação (e todos os processos que estao envolvidos no tratamento, divulgação e criação de conhecimento apartir da mesma), adquire um papel fulcral na criação de riqueza. É portanto um sistema primado pelo saber, enquanto potenciador de qualidade de vida para os individuos que se encontram por ele abrangidos.
Este conceito (criado primeiramente pelo economista Fritz Machlup) foi desenvolvido pelo sociólogo Daniel Bell na sua obra “O advento da sociedade pós-industrial”, em que o próprio “instaura” uma nova ordem social, sustentada inteiramente na informação e estruturada com base na predominância do sector de serviços. Este livro, que situa o início da *era do conhecimento* após o declínio da *era industrial,* refere que algumas inovações tecnológicas (tais como o [microprocessador](http://pt.wikipedia.org/wiki/Microprocessador), a [rede de computadores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_de_computadores), a [fibra óptica](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fibra_%C3%B3ptica) e o [computador pessoal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Computador_pessoal)) juntamente com as alterações sociais verificadas após a década de 1980, são responsáveis pelo renascer de uma sociedade baseada não em ideologias mas sim numa estrutura em que a informação é a sua base fundamental. Este termo ganhou notoriedade devido á sua utilização em vários organismos de poder, comprovando desta forma o seu reconhecimento a nivel mundial. Segundo Daniel, este conceito surge como base politica e ideológica surge a partir da instauração de um mercado mundial propulsionado pela globalização neo-liberal.
Relativamente ao próximo item que consta na pesquisa, falamos de “Portugal e a Europa na Sociedade de Informação”. Tal como o titulo sugere, este item relaciona-se com a estratégia que o nosso país e os restantes territórios europeus,implementada quanto á “instauração” desta nova ordem social coadunada pela informação e conhecimento. Em Portugal, esta necessidade foi sentida em 1996, sendo colmatada com a criação da “Missão para a sociedade de informação” cujo seu princpial objectivo se vinculava com a promoção de uma ampla discussão sobre este tema e a elaboração de um Livro Verde para a sociedade de informação. A estratégia Portuguesa contou também com a criação da Iniciativa Nacional para Sociedade de informação, cuja sua organização se centra em quatro pilares: o Estado Aberto, o Saber disponível, a Escola informada e a Empresa flexivel. De 1996 até 1999, esta estratégia alargou o seu raio de acção, promovendo a criação de um vasto conjunto de iniciativas que visassem a valorização da informação recorrendo às novas tecnologias. A partir da criação do livro branco do desenvolvimento cientifico e tecnológico português, é elaborado um levantamento das necessidades e oportunidades de desenvolvimento cientifico e tecnológico, o que fez com que todas as lacunas existentes fossem colmatadas de forma eficaz. De forma a apelar á utilização das tecnologias como potenciadoras deste processo, foi criado em 1998 um fórum permanente de politica cientifica e tecnológica na Internet, cujo seu principal objectivo seria a criação de uma participação aberta e o posterior registo de contribuições, elaboradas por organismos públicos, profissionais de ciencias e tecnologia, universidades, etc. Esta iniciativa obteve grande notoriedade e importância por ter sido uma ideia inovadora e dinamica, figurando como um esforço nacional para a promoção e integração de todos nesta *era do conhecimento.* O ano 2000 revelou-se fértil quanto a aprovação e criaçao de novos mecanismos, tais como o Programa Operacional para a Sociedade de Informação e ,a Comissão Interministerial para a sociedade de informação ( sendo novamente lançada na internet uma nova iniciativa no âmbito da inclusão social e na dinamização da cooperação internacional) e ainda um Sistema de informação estatistica para o acomanhamento dos desenvolvimentos no dominio da Sociedade de informação. O ano seguinte regista uma forte aposta tecnológica com o Porgrama cidades Digitais, espaços públicos de utlização de internet, a criação de um Diploma de competências básicas em tecnologias de informação e ainda organismos integrados na administração directa e indirecta do estado. Como resultado, todas as escolas do país ficaram ligadas à internet no final deste ano. Em 2002 é estabelecida a Unidade de Missao Inovação Conhecimento, de forma a oreientar e definir todas as politicas da sociedade de informação e Governo electrónico em Portugal. A UMIC apresenta ainda mais uma iniciativa cujo seu objectivo seria massificar o acesso e a utilização da banda larga em Portugal, contribuindo não so para o aumento dos níveis de produtividade como tambem da competitividade da economia nacional e ainda uma maior coesão Social. As actividades da UMIC registadas neste ano assentavam na distibuição e implementação de mecanismos que pudessem nao so suprir algumas necessidades sociais, como também incluir a tecnologia no quotidiano de cada um, dando significado ao mote “tecnologia ao serviço da população”. Foram ainda priveligiadas iniciativas ao dispor do “estudante”, do “trabalhador” e do “cidadão”. No ano de 2005 e após esforços no sentido de colmatar as falhas tecnológicas anteriormente registadas no nosso país, o Governo aprovado pela Assembleia aponta esforços insuficientes e frisa uma evolução lenta e débil quanto ao esforço até este ano preconizado, no âmbito da mobilização da sociedade de informação. Através desta análise, é indicada a necessidade de reorientar o esforço público de forma a garantir uma aposta eficaz nas TIC como vector de desenvolvimento do país.

Falando agora da implementação de medidas no âmbito do desenvolvimento da sociedade de informação Europeia, é possivel registar a adopção de variadissimas iniciativas, existindo por isso um potencial de crescimento significativo para os proximos anos nestes dominios tecnológicos. Estão a ser elaborados todos os esforços no sentido de integrar as TIC na vida social, contribuindo nao só para um crescimento económico exponencial como também para a melhoria de qualidade de vida das populações. Concluimos desta forma que Portugal se encontra em sintonia com o restante território Europeu, embora ainda tenha acentuada dificuldade na implementação de medidas e iniciativas para o alargamento do raio de acção das TIC. Porém, após a análise da pesquisa feita, é possivel inferir sobre todos os esforços que ate agora foram feitos e os objectivos comuns partilhados pelo nosso país e pela Europa.
Por fim, não podemos deixar de referir os impactos causados pela sociedade de informação. Embora seja dificil antever as alterações registadas, é possivel referir algumas que vão de certo estabelecer um impacto positivo na nossa sociedade como por exemplo um maior e mais eficaz acesso à informação e o desacentuar das discrepâncias regionais e sociais. Porém, nem todas as alterações que advém da implementação desta nova *ordem social* se revelam positivas, tal como nos mostra Leal (1996): impactos éticos nomeadamente, uma crescente perda de qualqificação associada à automação, desemprego, alterações quando á comunicação inter-pessoal (desacreditação do contacto pessoal em prol do contacto virtual), violação de privacidade e invasão do espaço pessoal, perda de identidade associada à crescente complexidade tecnológica, etc. Acrescentamos ainda outros: a perpetuação dos problemas relacionados com desajustes comportamentais (como por exemplo a pedofilia), a exposição exacerbada de cada individuo, a dependência tecnológica e a completa alienaçaão que a mesma provoca, a deterioração das relações familiares e por fim a sedentarização de um estilo de vida. Em suma, podemos dizer que esta era em que vivemos é marcada pelo avanço tecnológico ao serviço do individuo; porém, a utilização que o mesmo faz de todos os mecanismos tecnológicos que caracterizamos tempos em que vivemos, vao ter um impacto na sociedade actual, positivo ou negativo.

Conclusão

Com a realização deste trabalho conseguimos esclarecer alguns conceitos na área das TIC, tais como sociedade de informação e um pouco do contexto em que ela surge.
Conseguimos apercebermo-nos que esta sociedade de informação surge e rapidamente se torna um conceito muito popular na sociedade, pois hoje em dia a tecnologia está em quase tudo o que fazemos, e que Portugal e a Europa cada vez tentam ser mais competitivos na utilização das TIC, fomentando sempre novas medidas para se tornarem cada vez mais eficazes nesta área. A realização deste trabalho permitiu-nos também compreender o quanto a nossa vida pode ser afectada, positiva ou negativamente pela utilização destas novas tecnologias, e que num futuro próximo ela irá trazer-nos um desenvolvimento capaz de revolucionar a nossa vida nos mais variados aspectos, seja sociais, económicos ou a outros níveis.

|  |  |
| --- | --- |
| Sociedade | Informação |
| Dados Numéricos  | Total |

Tabela 2 - Experiencia Sociedade da Informação

Gráfico 2- Amostra da Sociedade da Informação

Bibliografia Consultada

|  |
| --- |
| Plano Tecnológico: República Portuguesa XVII Governo [online]. Disponível na Internet via www.URL: <http://static.publico.clix.pt/docs/politica/planoTecnologico.pdf> Arquivo capturado em 29.abr.11 |
| SOCIEDADE da Informação: Relação dos jovens com a Sociedade da Informação. [online]. Disponível na Internet via www. URL: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_da_informa%C3%A7%C3%A3o>. Arquivo capturado em 29.Abr.11 |

Índice de Ilustrações

[Fig. 1 - SI 5](file:///C%3A%5CDocuments%20and%20Settings%5CL50810%5CAmbiente%20de%20trabalho%5Csociedade%20da%20informa%C3%A7ao1.docx#_Toc293925285)

[Fig. 2-SI 10](#_Toc293925286)

Índice de Tabelas

[Tabela 1- Tabela de Experiência 9](#_Toc293925751)

[Tabela 2 - Experiencia Sociedade da Informação 14](#_Toc293925752)

Índice de Gráficos

[Gráfico 1- Análise da Sociedade da Informação 9](#_Toc293926268)

[Gráfico 2- Amostra da Sociedade da Informação 14](#_Toc293926269)